



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CPMF		
EVENTO: Reunião de Instalação	Nº: 0199/02	DATA: 03/04/02
INÍCIO: 15:00	TÉRMINO: 16:10	DURAÇÃO: 01:10
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01:13	PÁGINAS: 18	QUARTOS: 15
REVISÃO: VÍCTOR		
SEM SUPERVISÃO		
CONCATENAÇÃO: LETÍCIA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Eleição do Presidente e Vice-Presidentes e indicação do Relator.

OBSERVAÇÕES



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Lourenço) - Srs. Deputados, havendo número legal, declaro aberta a sessão de instalação da CPI do CPMF. Vamos dar início à votação, de acordo com a chamada, que será feita pelo Sr. Secretário. Chamo para secretariar a Mesa o Deputado Márcio Matos, por favor. Eu vou fazer a chamada de acordo com os presentes. Não adianta chamar todos, porque os conheço e não estão aqui. Então, pela ordem, os que estão presentes. Deputado Ronaldo Caiado.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** – Presente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Lourenço) – Deputado Átila Lira. (*Pausa.*) Deputado Márcio Reinaldo Moreira. (*Pausa.*) Deputada Angela Guadagnin. (*Pausa.*) Deputado José Lourenço. Deputado Henrique Fontana. (*Pausa.*) Suplente: Deputado Pimentel Gomes. O processo de eleição está em aberto até completarmos o número necessário para a apuração.

*(Processo de votação)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Lourenço) – Srs. Deputados, declaro encerrada a votação e convido o Deputado Márcio Reinaldo para escrutinador, juntamente com o Deputado Márcio Matos. Peço a abertura da urna para conferir o número de envelopes com o número de assinaturas.

*(Processo de apuração dos votos.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado José Lourenço) – Confere o número de assinaturas com o número de envelopes. Um: Átila Lira, Antônio do Valle, Angela Guadagnin e Márcio Reinaldo Moreira. Dois: Átila Lira, Antônio do Valle, Angela Guadagnin, Márcio Reinaldo Moreira. Dez votos para a mesma chapa. Um só para Presidente: Átila Lira. Onze a chapa completa. Um voto em branco, só para



Presidente. Declaro eleitos o Presidente Átila Lira, com doze votos, os demais com onze votos. Peço ao Deputado Átila Lira para tomar posse na Presidência. Obrigado, Srs. Deputados. (*Palmas.*)

*(Assume a Presidência o Deputado Átila Lira.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) – Ao darmos prosseguimento à instalação da CPI objeto do Requerimento nº 8, de 2000, do Sr. Pompeo de Mattos e outros Parlamentares, vamos, inicialmente, convidar os Srs. Deputados que foram eleitos para fazer parte da direção dos trabalhos. Chamo inicialmente o Deputado Antônio do Valle, a Deputada Angela Guadagnin e o Deputado Márcio Reinaldo Moreira para fazerem parte da Mesa. (*Pausa.*) É um prazer ter V.Exas. comigo neste trabalho. Esta CPI está na ordem do dia por conta do objeto de suas investigações, a CPMF. Sua prorrogação está em fase final de votação na Câmara dos Deputados. A matéria ganhou dimensão justamente porque foi criada em regime de emergência para o financiamento do setor Saúde e teve o seu alargamento, após diversas prorrogações, para financiar vários outros programas sociais e também porque a CPMF é considerada uma das maiores fontes de recursos da União, sobretudo por não ser compartilhada por Estados e Municípios. Esse tem sido o ponto mais polêmico relativamente à CPMF. Além do fato de a CPMF gravar toda a circulação de recursos no País. Também pode ela funcionar como um instrumento moderno de exame da fonte dos recursos que estão circulando. No futuro, com a ampliação do direito de abertura de contas, a CPMF será um grande instrumento. O que deu origem a esta CPI, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos, que já terá a palavra, foi justamente a discussão sobre a finalidade, a aplicação da CPMF: para que foi criada e onde estão sendo aplicados os recursos? Há dúvidas sobre os resultados



almeçados na criação da CPMF, se os programas de saúde estão sendo realmente financiados e se estão servindo à população. Estamos aqui exatamente para examinar e debater o assunto, buscar os responsáveis pelo gerenciamento desses recursos e avaliar os resultados do trabalho que vamos desenvolver. Antes de passar a palavra ao Relator, ao Plenário e a todos os membros da Comissão, nos termos do art. 41, inciso VI do Regimento Interno, vou designar para a relatoria da Comissão o Sr. Deputado Ronaldo Caiado, a quem convido para compor a Mesa. Já está aqui o Deputado Ronaldo Caiado. Eu passo a palavra, inicialmente, ao Relator, depois ao autor do requerimento; em seguida, amplio para todo o Plenário.

**O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO** - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, como V.Exa. disse, trata-se de um assunto que está na pauta de votação do dia de hoje. Destaco a oportunidade do requerimento de instalação desta Comissão Parlamentar de Inquérito para apurarmos a finalidade, os objetivos e os cumprimentos daquilo por que foi instituída a CPMF. Nós não podemos desconhecer que ela se originou de uma tese que caminhou durante muitos anos neste País, que foi a tese do imposto único. A partir daí, o ex-Ministro Adib Jatene, num momento em que via a Saúde sem uma rubrica específica, sem uma dotação específica orçamentária, foi o homem que levou essa bandeira ao gabinete de cada um dos Parlamentares desta Casa, tomando aquilo como uma verdadeira cruzada. Nós temos que reconhecer, como médico que somos, a vontade e a determinação com que o Prof. Adib Jatene, ex-Ministro Adib Jatene, buscou para a Saúde uma fonte de financiamento, o que não havia até então. Condição que, a partir daí, nós evoluímos. Pudemos também, no decorrer dos últimos dois anos, aprovar uma proposta de emenda à Constituição, alteramos a Constituição brasileira e impusemos ali um



orçamento fixo para o nosso setor de saúde, possibilitando uma rubrica fixa para o nosso orçamento. Agora, o que realmente causa um pouco de estranheza é como esse imposto está sendo recolhido, de que maneira está sendo arrecadado pelos bancos, de que maneira está sendo transferido para o Governo, de que maneira, no Governo, está sendo transferido para contemplar as ações de saúde e as ações do Ministério da Previdência Social, também na área da ação social. Há essas dúvidas todas com esse imposto que hoje passa a ser uma das maiores fontes de arrecadação do Governo, e esta CPI tem a finalidade de buscar todos esses dados, de ter um trabalho consistente, de dar oportunidade para que todos os membros desta Comissão possam, junto com o Relator, junto com o Presidente, definir, nessas próximas horas, um organograma inicial, para que seja aprovado, depois de discutido com todos os membros e, a partir desse eixo principal que nós vamos apresentar, iniciar a discussão para a elaboração de um texto que venha esclarecer as finalidades e a maneira como a CPMF tem sido tratada no País. No mais, Sr. Presidente, nós aguardaremos, ao final da exposição dos demais membros que compõem esta Comissão, a designação da próxima reunião dos membros da CPI para podermos colher e apresentar sugestões, para podermos então iniciarmos a nossa agenda e a nossa pauta para os próximos dias. Muito obrigado, Presidente. Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Passo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** – Quero saudar o Presidente Átila Lira, os membros que dirigem a CPI e, de uma forma especial, o Sr. Relator, Deputado Ronaldo Caiado, com quem temos um trabalho muito forte na Comissão



de Agricultura. Tenho uma admiração pessoal pelo trabalho do Deputado Caiado. Quero, em uma preliminar — absolutamente, não vai nenhum demérito ao Presidente, por quem temos uma admiração pessoal, e à Mesa como um todo —, de forma especial destacar o Deputado Ronaldo Caiado, pessoa capacitada e credenciada para essa missão. Acho que é um dos destacados Deputados desta Casa que tem capacitação para tamanha função. Mas quero lamentar aqui — e preciso fazê-lo publicamente — o fato de que na partilha das Comissões Permanentes desta Casa existe uma regra objetiva, clara, cristalina, transparente, ou seja, o partido que tem a maior bancada escolhe, dentre todas as Comissões, a que prefere; o partido com a segunda bancada escolhe a segunda Comissão; o partido com a terceira bancada, a terceira Comissão. E assim, sucessivamente, até voltar para uma nova rodada, quando, então, no final da segunda rodada, os pequenos partidos têm a oportunidade, pelo número de Comissões, de presidir uma Comissão. O PT tem essa oportunidade, o PPB, o PTB, o PDT, o PPS, enfim, os partidos têm essa oportunidade. O que não ocorre nas CPIs, curiosamente. A regra vale para as Comissões Permanentes, mas não vale para as CPIs. Nas CPIs é sempre o partido com maior bancada que tem o Relator; o partido com a outra maior bancada, o Presidente. E assim, vice-versa; ou seja, quem sempre vai presidir as CPIs nesta Casa é o PFL, o PSDB ou o PMDB. Nunca vai ser outro partido. Quero aqui deixar lavrado o meu protesto. Não vai, absolutamente, nenhum demérito à Mesa que está composta, porque são pessoas qualificadíssimas. Estou falando no âmbito geral. O segundo aspecto é que quando propusemos, em 1999, a criação desta CPI, que depois acabou sendo consumada no início do ano 2000, agora aprovada na semana passada e instalada hoje, tínhamos a visão de quatro vetores muito claramente.



Primeiro, quanto é arrecadado de CPMF. Nunca ninguém disse claramente quanto é arrecadado. Aliás, neste ano agora, por conta da demora na aprovação da renovação da CPMF, o Governo começou a dizer que são 20 bilhões, 400 milhões por semana, que são 60 milhões por dia, o que me dá a autoridade de dizer, na matemática do jogo, que significa que cada cidadão paga, por dia, no Brasil, aproximadamente R\$ 0,40 de CPMF, quando se sabe que, por mês, os Municípios estão recebendo R\$ 0,80 centavos para a Saúde. Temos uma curiosidade muito grande de saber quanto que é arrecadado de CPMF. Acho que não são só 20 bilhões, embora já seja uma grande fortuna. É uma arrecadação bilionária, que, absolutamente, não tem atendido à Saúde. Segundo aspecto: quanto cada Município arrecada. É importante isso porque, na medida em que o cidadão que vive nas comunidades ficar sabendo quanto seu Município está arrecadando cada dia, cada semana, cada mês para o Governo Federal, e tendo consciência de como está a saúde no Município, ele vai exercer a capacidade de indignação que só tem quem se angustia com a angústia de quem está angustiado. Então, queremos esclarecer isso; é uma pergunta que a CPI tem que responder. A terceira pergunta que se impõe, que o Governo mesmo coloca como justificativa para sucessivas renovações da CPMF, é se existe lavagem de dinheiro, dinheiro do narcotráfico, dinheiro do tráfico de armas, dinheiro mal havido, dinheiro desviado, dinheiro sujo, que a CPMF tem condições de detectar. Eu pergunto a mim mesmo, senão a meus pares e a tantos quantos nos ouvem: quando o Governo mandou abrir processo nesse período por conta dessas constatações? Se o argumento do Governo é esse, quando o Governo descobriu lavagem de dinheiro, dinheiro depositado do narcotráfico? Pelo que sei, nunca. Cabe à CPI dar uma resposta que o Governo não deu. Aliás, o



Governo pergunta, mas a resposta ele tem e não oferece. Quarto aspecto: para onde vai o dinheiro da CPMF? Eu, sinceramente — e aqui estou falando empiricamente —, acredito que ninguém de nós tem dados que possam ser cabais, mas a razão da CPI é exatamente buscar esses dados. Para onde vai o dinheiro? Eu sei para onde não vai. Não tem ido para a Saúde, porque a saúde continua a mesma coisa. E aí estou sendo empírico. Se os médicos continuam reclamando, os hospitais continuam reclamando, as AIHs estão no que estão — os mesmos valores, os mesmos patamares —, os medicamentos, na mesma situação, os exames médicos **idem** e o cidadão mal atendido e se arrecada, comparativamente ao que se arrecadava, 20 bilhões a mais, é óbvio que esse dinheiro não está indo para a Saúde. Então, cabe-nos buscar uma resposta. Alguém um dia desses me disse: “Não, mas um tanto vai para a Saúde”. Eu fui ver, pelo tanto que pude enxergar nesse emaranhado, que um pouco vai mesmo, só que se troca seis por meia dúzia, porque o Governo tira do Orçamento da União aquilo que é constitucional, saca um tanto da receita da Saúde e repõe com a receita da CPMF, ou seja, troca seis por meia dúzia. Conseqüentemente, a Saúde não vê nem um centavo a mais do **plus** que possa significar a CPMF como arrecadação, sem contar que o Município não recebe nada. E foi dito muito claramente pelo Presidente e pelo Relator que os Municípios não vêm a cor do dinheiro, os Estados não vêm a cor do dinheiro. Lamentavelmente, apresentei uma emenda dessa natureza aqui destinando 21,5% da CPMF para os Municípios. Perdi. E destinando 21,5% para os Estados. Lamentavelmente, perdemos a votação também. Agora, não nos inibe a convicção por termos sido derrotados no voto, porque temos argumentos suficientes para sustentar nossa convicção. Conseqüentemente, parece-me que é um trabalho



importante que nós temos que fazer. Concluo, Presidente, fazendo uma advertência a mim mesmo e a nós todos de que corremos contra o tempo. Nós estamos em um ano eleitoral, estamos instalando a CPI no dia 3 de abril; temos o mês de abril e o mês de maio cheios. Em junho e julho eu duvido que possa haver trabalho aqui. Em agosto, setembro, é eleição. Não sei se nós vamos conseguir a tempo chegar ao termo desta CPI, embora esta — é bom dizer, e como autor eu faço questão de frisar isso — não seja uma CPI política; não é. É uma CPI meramente técnica e necessária para esclarecimento da verdade perante a população. A população está cobrando de nós, políticos, a verdade sobre a destinação do dinheiro da CPMF. Então, é uma CPI técnica, cujos mecanismos a serem perseguidos me parecem óbvios para chegar a bom termo. Concluindo, Sr. Presidente, eu faço o seguinte encaminhamento, até como sugestão, para o Relator: que nós possamos, se possível, aprovar hoje o requerimento para termos já na próxima sessão aqui a presença daquela figura extraordinária que inspirou o Brasil todo e que criou a CPMF com a melhor das boas intenções, o Dr. Adib Jatene. Que ele pudesse resgatar a originalidade, o princípio, a convicção que o norteou no encaminhamento daquela solicitação, daquele projeto e daquela proposta constitucional. Então, nós precisamos tê-lo logo aqui. E que, em seguida, pudéssemos ter aqui o Ministério da Saúde para nos informar quanto recebeu, se possível, dia a dia, semana a semana, mês a mês, ano a ano. Por todos esses anos, quanto o Ministério da Saúde recebeu e o que fez com o dinheiro que recebeu da CPMF? E o que ele fez com o dinheiro do Orçamento? Porque há dois recursos fundamentais, que têm de ser analisados conjuntamente, para que possamos entender bem e não confundir um com o outro. Terceiro: que nós possamos chamar aqui o Ministério da Previdência Social, na



medida em que parte do recurso está indo para o combate à pobreza. Que nós possamos ter aqui, em seguida, o Banco Central, para abriremos sua caixa-preta para saber para onde foi o dinheiro, para onde o Banco Central o está remetendo, quanto está sendo arrecadado, enfim, para que o Banco Central esclareça as dúvidas que possamos ter relativamente aos números da CPMF, assim como a FEBRABAN. E, por último, para que possamos ter aqui o Ministério responsável pelas finanças, o Ministério da Economia, o Ministério da Fazenda para, por derradeiro, ser questionado sob todos os dados que possamos ter levantado quando tivermos ouvido o ex-Ministro Adib Jatene, o Ministério da Saúde, o Ministério da Previdência Social, o Banco Central e a FEBRABAN. Aí vamos ver o Ministério da Economia, o Ministério da Fazenda para, com isso, avançarmos o suficiente — acredito — para esclarecer essa dúvida de toda a população brasileira, que cabe a nós, Parlamentares, nesta CPI, esclarecer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Srs. Deputados, antes de continuarmos com a palavra dos Srs. Parlamentares, queria lembrar que na próxima reunião vamos definir a agenda dos trabalhos. Qualquer requerimento nós vamos preparar, encaminhar à Secretaria da Comissão vinte e quatro horas antes, para que todo mundo se informe do que vai ser tratado na sessão. Então, na próxima sessão nós vamos definir toda a agenda de trabalho. Os requerimentos deverão entrar até terça-feira, para que quarta nós possamos discutir requerimentos de convocação, requerimentos de informações, tudo o que for importante para que a matéria seja esclarecida. Inclusive, há um detalhe: esses requerimentos têm um ordenamento para facilitar o trabalho, têm que ser numerados, distribuídos, para que todo mundo se informe e possa vir preparado com argumentação técnica. Essa é uma matéria



bem clara, ela tem uma interpretação política, mas é uma matéria tipicamente contábil, econômica, que não dá para distorcer muito em termos de realidade. Portanto, a interpretação é de que cabe o entendimento que acharmos em função dos resultados. Então, eu peço aos colegas que, à medida que forem usando a palavra, declinem o nome. Vou passar inicialmente a palavra aos dois membros da Mesa que estão tomando posse. Em seguida, passarei a palavra ao Deputado Edinho Bez e, depois, ao Deputado Márcio Matos, que pediu inscrição. Portanto, tem a palavra a Deputada Angela Guadagnin.

**A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN** – Em primeiro lugar, quero parabenizar o Deputado Pompeu de Mattos pela idéia e pelo trabalho de colher a assinatura de todo mundo, apesar de, como ele mesmo disse, ter começado a fazê-lo na segunda prorrogação da CPMF. Conseguiu colocar em pauta e aprovar em 2000 e agora, em 2002, instalamos a CPI da CPMF. Agora, o que eu acho importante considerarmos nessa reflexão sobre a importância da CPMF é que quando o Adib Jatene estava encaminhando ainda — eu me lembro que na época eu era Prefeita da cidade de São José dos Campos — a discussão de um imposto para a saúde, eu fui uma das pessoas que, dentro do Partido dos Trabalhadores, na reunião da comissão do partido, discutiram e defenderam que os Deputados do partido à época aprovassem a CPMF, porque eram 14 bilhões que se gastavam na época com a Saúde e demoravam três, quatro, cinco meses para o Ministério repassar a verba. São José dos Campos já era um Município que estava naquela época na semiplena. Então, nós administrávamos a Saúde do Município e os recursos eram repassados, às vezes, cinco, seis meses depois, numa situação de total inviabilidade da administração de fazer frente a essa discussão da Saúde.



Quando foi aprovada, em 1996, a primeira arrecadação que houve no fim do ano foi de 7 bilhões. Agora se fala de 17 bilhões, outra hora se fala de 19 bilhões, quando a gente vê que, se em 1995 foram gastos 14 bilhões com saúde, com os 7 bilhões que foram arrecadados logo no início de 1996, já daria 21 bilhões. No ano passado, o gasto real — não o empenhado, mas o gasto que foi empenhado e gasto em saúde — foi de 20 bilhões. Então, gastou-se, no ano passado, 2001, menos do que deveria ter sido gasto com os 14 bilhões de 1995 mais os 7 bilhões que inicialmente foram previstos em 1996. Então, é lógico que não houve aumento nenhum na área da saúde. O Deputado Pompeu de Mattos acabou de dizer da situação em que a Saúde está. Todos os Municípios ficam numa situação de total inadimplência na promoção da saúde. Eu acho oportuno, no momento em que estamos indo para a terceira prorrogação da CPMF, começar essa discussão. Se eu tivesse discutido a pauta que eu propunha para os trabalhos desta Comissão, eu acho que o Deputado Pompeu de Mattos e eu estaríamos indo no mesmo caminho. Nós temos que ouvir do ex-Ministro Adib Jatene a importância do imposto da saúde, ouvir dos bancos, principalmente do Banco Central, que é o grande arrecadador, como é que esse dinheiro entra, qual é a linha, qual é a sua trajetória, para podermos fiscalizar, porque várias denúncias foram feitas de desvio do dinheiro descontado a título de CPMF da conta do cidadão, que não estaria sendo arrecadado efetivamente, que não estaria indo para os cofres públicos. Depois precisamos ver, quando entra no cofre da União, como é distribuído. Se foi já tão falada essa questão do poder fiscalizador, acho que nós temos que chamar a Receita Federal, que tem o potencial de fazer essa fiscalização, de bater as informações de quem paga Imposto de Renda com a CPMF arrecadada. E depois os Ministérios afins, que são os



Ministérios que recebem ou deveriam receber os recursos, isto é, o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência Social. Eu acho que este é caminho que devemos tomar, o rumo desta CPI, até para sabermos aonde realmente está indo o imposto que todo mundo paga compulsoriamente e que não vê retorno nenhum na área da saúde.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) – Passo a palavra ao Deputado Márcio Reinaldo.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO REINALDO MOREIRA** – Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar o nosso digno Presidente, Deputado Átila Lira, os membros da Mesa, o Deputado Ronaldo Caiado, Relator, todos os Deputados que compõem esta CPI. Quero cumprimentar também o autor do requerimento, Deputado Pompeo de Mattos, pela feliz iniciativa. Quero dizer a V.Exas. o seguinte: esse assunto me toca muito. Quando se falou aqui no Adib Jatene, eu me lembro que, ainda em 1992, eu era assessor aqui no Senado Federal e fui chamado para ser secretário do Adib Jatene no Ministério da Saúde. Naquela época, o Ministério tinha uma dívida de mais de 3 trilhões de cruzeiros com os hospitais, exatamente o chamado SUS, que não era pago. Havia orçamento, mas em fontes podres, como nós vemos hoje no Ministério dos Transportes etc. Quer dizer, era praticamente um orçamento fictício. Nós víamos três, quatro, cinco meses de atraso do pagamento dos prestadores de serviço pelo Brasil afora, além do comprometimento de todos os trabalhos epidemiológicos que o Ministério da Saúde tem por obrigação desempenhar. Efetivamente, naquele momento, nós vimos a luta ainda do Adib Jatene na busca de uma fonte plausível para resolver o problema. E fomos buscar esses recursos exatamente no FAT, que nos emprestou naquela época, o Tesouro



Nacional, por conta do orçamento do Ministério da Saúde, mais de 4 trilhões de cruzeiros. Isso era final do Governo Collor, que já estava à beira de sua cassação. Logo após veio o Itamar Franco e veio o Governo Fernando Henrique. E o Adib Jatene, convidado que fora para Ministro, veio com essa meta, que acabou alcançando. A gente vê que tudo isso que foi dito aqui, dentro das relatividades, tem o seu fundamento. É o Tesouro Nacional ou o Ministério do Planejamento substituindo fontes, tirando o antigo Imposto de Renda, o IPI, imposto de exportação ou importação, que antes eram financiadores reais do sistema de saúde, para serem substituídos pela CPMF. Praticamente acredito que hoje até a folha de pagamento do Ministério da Saúde deva estar também pendurada nessa fonte. E, com isso, realmente nós fomos vendo essa grande substituição de fontes, de problemas e, praticamente, uma situação que a gente vê com muita tristeza, a sua efetivação ao longo do tempo, exatamente porque também nesta Casa, por força da mão forte do Governo Federal sobre o Congresso Nacional, nós não avançamos, por exemplo, na reforma tributária. Nós não tivemos capacidade e condições de evoluir adequadamente nesse caminho, que seria o mais lógico para se resolver o problema. Então, estamos aí diante dessa CPMF, que é uma contribuição tida como perversa para muitos, tida como um caminho não adequado, mas é como diz o próprio Presidente da República: “Como é que eu perco 20 bilhões de receita e vou continuar no processo?” Mas o que vejo, como Parlamentar, como colega de vocês, que também visitam o interior do Brasil, é que as coisas estão mal. Agora, no dia em que nós não tivermos a receita do SUS a coisa irá pior, porque não teremos o Imposto de Renda nem o IPI e outras fontes para bancar toda essa despesa que hoje é repassada para esses programas ou para o pagamento desses serviços. E



temos hoje uma população efetivamente doente. Os programas preventivos estão cada vez mais escanteados, estamos vendo as epidemias retornarem a cada dia com mais vigor — está aí o caso da dengue, para não falar numa breve febre amarela, como o **Casseta e Planeta** já antevia. E a gente vê que realmente a população fica à margem desse processo. Para os médicos e para os hospitais às vezes o pagamento é ridículo, mas é uma opção. Bem ou mal, estamos caminhando com isso, temos de melhorar, temos de buscar essas denúncias eventuais que chegam de que o recurso poderá estar sendo desviado na cobrança junto aos bancos — eu tenho minhas dúvidas, realmente não tenho nenhum dado concreto para me apegar, mas pode ser que haja alguma razão nisso aí. É possível que o Tesouro Nacional, quando recolhe o recurso, não o passe no momento correto, como prevê a legislação, para o Ministério da Saúde ou o Ministério da Previdência. É possível que o recurso não esteja atendendo devidamente ao setor da previdência ou da saúde, como nós gostaríamos ou como poderia, mas, efetivamente, eu acho que é uma grande fonte. Nós estamos dentro do processo de votação, como o nosso Presidente já disse, mas acredito que teremos de conviver ainda por algum tempo, até termos competência e capacidade de votar a reforma tributária neste Congresso Nacional e dar uma nova ordem de programação para as coisas públicas, porque, como as coisas estão indo, eu acredito que os Municípios não estão satisfeitos. Fala-se que o dinheiro da CPMF não vai para os Municípios, mas eu garanto, tenho quase que a convicção de que mais de 60% estão indo para os Municípios, porque é lá que estão os serviços, os prestadores de serviços, é lá que os Municípios têm os postos de saúde que prestam serviço à comunidade. Pode ser que algum serviço esteja prejudicado ou mal formalizado, mas acredito que esse



diagnóstico esta CPI poderá trazer, e a adoção de medidas corretivas ou até punitivas poderão, efetivamente, melhorar esse cenário. Eu agradeço a oportunidade e espero contribuir com muita energia para que os trabalhos se desenvolvam da melhor forma possível. Agradeço a atenção de todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Passo a palavra ao Deputado Edinho Bez. Lembro aos Srs. Deputados que a Ordem do Dia estará iniciando-se às 16h. Faremos uma exceção hoje, porque estamos iniciando os trabalhos. Passo a palavra ao Deputado Edinho Bez e depois ao Deputado Márcio Matos.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** – Inicialmente, quero cumprimentar o Presidente, Deputado Átila Lira, o Deputado Antônio do Valle, o Deputado Ronaldo Caiado, nosso Relator, demais membros da Mesa e meus colegas. Cumprimento especialmente o Deputado Pompeo de Matos pela iniciativa de apresentar o requerimento, uma vez que realmente pairam dúvidas. Constantemente, lê-se em algum jornal, vê-se na televisão, escuta-se em algumas rádios alguns comentários neste sentido. Então, nada melhor do que levantar os dados e apurarmos. Agora, quando se fala em arrecadação, não me impressionam mais números, porque depende da utilidade do valor arrecadado, dos números. Considerando-se o tamanho do País, de repente, estamos arrecadando pouco. A CPI vai levantar tudo isso e dizer se estamos arrecadando pouco ou não, se o dinheiro é suficiente ou não, se está sendo desviado ou não. Não gostaria que fôssemos precipitados, sob pena de descaracterizarmos nosso trabalho, o estudo. De qualquer maneira, é louvável a iniciativa. Lembro muito bem, ainda na minha fase universitária, que num determinado momento — sou bacharel em Ciências Contábeis — foi dito que não se avalia o trabalhador pelo que ele ganha e sim pelo que ele faz com o que ganha. Às



Pode um trabalhador ganhar cinco mil reais e custar pouco para a empresa, depende do que ele faz com esses cinco mil reais; ele pode viabilizar grandes lucros para a empresa. E outro que ganhe 200 reais pode dar prejuízos para a empresa. Então, é importante a CPI, porque vamos ter a oportunidade de levantar, esclarecer e depois tirar as nossas conclusões. Quero parabenizar o Deputado Pompeo de Mattos por esta oportunidade que nos está dando com a sua grande iniciativa. Quero também dizer que é um privilégio fazer parte desta equipe de colegas que trabalharão neste sentido. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) - Passo a palavra ao Deputado Márcio Matos.

**O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS** - Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Deputado Pompeo de Mattos pela iniciativa, que, embora date de 1999, se encontra atualizadíssima. Quero cumprimentar a Mesa, o nobre Presidente e o Relator e dizer que acho que o problema deste País é de credibilidade. O povo brasileiro, sempre que é chamado para entrar com o seu quinhão para socorrer o País, tem entrado. Lembro que em 1964, quando eu ainda era menino, inventaram um movimento denominado “Dê ouro para o bem do Brasil”. A população fazia fila, tirava anéis, jóias e colocava dentro de um saco para socorrer o Tesouro Nacional. Pela primeira vez na vida fiz uma manifestação política e fui suspenso quinze dias na escola, porque disse à diretora que estava sendo conivente com o roubo que se estava implantando no País naquela época. E aquilo ficou na minha memória como uma prova de que o povo brasileiro sempre compareceu quando convocado a ajudar. E o povo sempre pagou imposto. O problema do povo brasileiro é saber para onde vai esse dinheiro, como é aplicado. A CPMF, de início, veio com o mote do



imposto único — o Dr. Adib Jatene pegou esse mote para criar uma fonte fixa de recursos, vinculada à Saúde. Inicialmente, o pessoal da Fazenda não queria, depois viram que o montante de dinheiro seria significativo, interessou-se e aí eu, lá no interior do Paraná, comecei a ficar preocupado. Falei: agora é que não vai sobrar nada para a Saúde. E nós, como militante na área da saúde, como médico, pudemos observar que nesses últimos anos, infelizmente, a coisa não melhorou, embora tenham aumentado, em valores absolutos, os investimentos na Saúde, mas os gastos aumentaram muito, muitas pessoas da classe média deixaram de fazer a medicina particular, de planos, e vieram para o SUS. A verdade é que estamos numa situação que não nos podemos regozijar por estar o País bem com a Saúde. E a arrecadação oriunda da CPMF, realmente, em valores absolutos, não refletiu em quase nada, porque foi tirado de outro lado. Eu concordo plenamente com todos aqui sobre a maneira de fazer essas audiências públicas. Vamos discutir na próxima semana. Acho que esta é uma CPI bem objetiva, técnica. Vamos ter que requisitar aqui pessoas ligadas ao Ministério do Planejamento ou da Comissão de Orçamento, da Câmara, do Banco Central. Deve ser uma coisa rápida e nós temos que fazer com que esses trabalhos evoluam rapidamente, porque este é um ano eleitoral. Eu estou aqui apoiando todos os companheiros no sentido de investigarmos isso, não como disse o Deputado Pompeu de Mattos, não uma CPI política, mas uma CPI do cidadão. Temos que mostrar para o cidadão brasileiro o que se faz com esse dinheiro que está sendo arrecadado. Então, estamos à disposição. Queria cumprimentar mais uma vez o Deputado Pompeo de Mattos e todos os membros da Comissão por essa iniciativa. Tomara que nós consigamos demonstrar ao País e corrigir alguns desvios que porventura encontremos. Obrigado.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Átila Lira) – Srs. Deputados, não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, convoco reunião para o dia 10, quarta-feira, às 13h30min, tendo em vista que a Ordem do Dia sempre terá início às 16 horas. Está encerrada a presente reunião.